

## **Supervisão Profissional ao Trabalho dos/das Assistentes Sociais que Atuam no Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina: um relato de uma experiência.**

HOLLANDA, Aline Ayres<sup>1</sup>.  
MIYASHIRIO, Célia Adriana<sup>2</sup>.

### **RESUMO**

O presente artigo é um relato de experiência vivenciada no campo de estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social, inserido no âmbito da extensão na Universidade Federal de Santa Catarina e tem por finalidade contribuir para instituir a supervisão profissional como uma modalidade essencial ao processo de educação permanente que subsidia os profissionais na construção de mediações qualificadas, uma vez que o supervisor, enquanto agente externo estimula a reflexão da prática no cotidiano do exercício profissional. O projeto está em andamento com assistentes sociais que atuam na política de Assistência Social. Assim, após uma breve contextualização da Política Nacional de Assistência Social, dos depoimentos das Assistentes Sociais que participam do projeto e dos debates gerados nas oficinas de supervisão, busca-se problematizar a importância desta modalidade pouco explorada pela categoria profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Supervisão profissional; exercício profissional; educação permanente.

### **1 INTRODUÇÃO**

Como repercussão das lutas populares em defesa da democracia e por justiça social, a Constituição Federal de 1988 passa a reconhecer a Assistência Social como uma política pública para todos que dela necessitar, entendida como um direito do cidadão e dever do Estado. Junto com a Saúde e Previdência, a Assistência passa a compor o tripé da Seguridade Social. Com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, buscou-se sua incorporação no campo da Seguridade Social, da Proteção Social Pública, dos direitos e da responsabilidade Estatal. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Apesar dessa conquista, os anos subseqüentes foram marcados pela contrarreforma do Estado orientados por uma política econômica neoliberal que caminhou na contramão da efetivação dos direitos sociais, em especial a partir de meados dos anos 1990.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em implantação desde 2005, materializam as proposições da LOAS, expressam as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília no ano de 2003 e apresentam uma nova

---

<sup>1</sup> Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular e Programa de Educação Tutorial – Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular. Universidade Federal de Santa Catarina.

perspectiva para a Assistência Social apontando a necessária integração entre o econômico e o social e incentivando o controle e a participação da população usuária.

A PNAS e o SUAS ampliam o acesso dos/das usuários/as à Política de Assistência Social buscando superar a abordagem por segmentos (idosos, adolescentes, população de rua, entre outros) até então majoritária nas ações políticas e apresentam uma concepção de totalidade em relação à pobreza, que não a reduz às privações materiais, mas compreende diferentes dimensões e fatores determinantes à reprodução da vida social.

Apesar dos avanços, é necessário compreender que a Política de Assistência Social trata-se de uma política de intervenção estatal e, portanto, contraditória já que ao passo que contribui para a lógica e manutenção do sistema capitalista, atende as necessidades da classe trabalhadora.

Logo, para a reflexão sobre o exercício profissional do/da Assistente Social no âmbito desta política é fundamental considerar sua localização na divisão sócio-técnica do trabalho e, portanto, subordinado a processos de alienação, a restrição da autonomia profissional, a flexibilização e a todas as transformações contemporâneas que afetam a atuação. Ainda que o Serviço Social seja referência nos debates, na construção da Política de Assistência Social e tenha grandes possibilidades de atuação nesta área, as condições em que o trabalho se realiza também estão expostas às contradições das relações capitalistas e aos rebatimentos da precarização, como sinaliza Raichelis (2010.p. 753):

O trabalho do assistente social é, pois, a expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (regulamentação profissional, código de ética, diretrizes curriculares da formação profissional), projeto ético-político que confere direção social ao trabalho profissional. Ao mesmo tempo, os sujeitos que a exercem, individual e coletivamente, se subordinam às normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um coletivo de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional. É nesse processo tenso que as profissões constroem seus projetos profissionais, no caso do Serviço Social, o projeto ético-político profissional que há pelo menos três décadas vem sendo formulado coletivamente pelo Serviço Social brasileiro.

Com a implantação do SUAS e a ampliação dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, os/as profissionais vêm se deparando com uma série de desafios que se traduzem na insegurança do emprego, formas precárias de contratação, baixos salários, pressão por produtividade e resultados imediatos, estabelecimento de metas de atendimento, falta de perspectivas de progressão e ascensão profissional, precarização dos locais de trabalho, ausência de ações de educação permanente, qualificação e capacitação.

A partir destas reflexões, o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Social (NESSOP), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina desenvolveu o Projeto de Extensão “Supervisão Profissional ao Trabalho das/dos Assistentes Sociais que Atuam no Sistema Único de Assistência Social de Santa Catarina”. Têm como objetivos: subsidiar tecnicamente o trabalho realizado pelas/os

Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social no estado de Santa Catarina; aprofundar as estratégias ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas que venham qualificar a intervenção profissional, no âmbito da política de Assistência Social e contribuir para fortalecer a técnica de supervisão profissional como uma metodologia de extensão e educação permanente em Serviço Social (MOREIRA; SANTOS, 2016).

Neste sentido, trabalha-se sob o conceito de supervisão profissional defendido por Guerra e Braga (2009):

[...] a concepção de supervisão como uma atribuição profissional que se localiza no âmbito da formação graduada e permanente para a qualificação dos serviços prestados à sociedade, direcionada para a realização dos objetivos, valores, princípios e direção social estratégica do projeto ético-político profissional com vistas à emancipação social. (GUERRA; BRAGA, 2009, p.3)

A supervisão deve ser entendida como constituinte tanto para na formação acadêmica como para a capacitação profissional e educação permanente, a fim de promover por meio do estímulo, da provocação, do acompanhamento e das contribuições às mediações construídas ao exercício profissional, a qualificação do fazer profissional com os sujeitos partícipes a reflexão, apreensão e interpretação do seu cotidiano de trabalho, identificando suas contradições e influências conjunturais com a finalidade de buscar o modo mais qualificado de operacionalizar a intervenção profissional (GUERRA; BRAGA, 2009).

O Projeto também se constitui como campo de estágio e se desenvolve em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) por meio de oficinas, com adesão autônoma a fim de propiciar uma discussão crítica da prática profissional, a troca de experiências e a aproximação da universidade com os desafios e com o cotidiano de trabalho dentro da política. Tem como público alvo os/as Assistentes Sociais que trabalham na execução da política de Assistência Social.

O artigo busca assim, apresentar o relato do processo de construção e participação das estagiárias no primeiro módulo das “Oficinas de Supervisão Profissional”.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Foram disponibilizadas vinte e cinco vagas para o primeiro módulo das Oficinas de Supervisão Profissional com o propósito de consolidar o grupo piloto, divulgadas pelo CRESS/SC. Inscreveram-se cerca de oitenta profissionais e foram selecionadas por ordem de inscrição, vinte e cinco participantes, todas mulheres, atuantes nos mais diversos serviços da Assistência Social de Santa Catarina, realizados nos equipamentos, como Centros de Referência em Assistência Social, Prefeituras Municipais, ONGS, entre outros,

oriundas dos municípios de Balneário Camburiú, Brusque, Canelinha, Palhoça, Içara, Bombinhas, São José e Florianópolis.

Com o grupo piloto, foram realizadas oito Oficinas de Supervisão Profissional, no período de setembro de 2016 a maio de 2017. As temáticas de discussão em cada encontro se deram a partir de três eixos: a contextualização acerca da Política de Assistência Social, a discussão sobre as demandas e ações a partir do projeto profissional e o monitoramento e avaliação das oficinas realizadas.

A proposta das Oficinas se deu em torno da realização de uma troca de experiências, da discussão sobre a atuação e da aproximação da universidade com desafios e com o cotidiano profissional. Num primeiro momento, o grupo<sup>3</sup> apontou a necessidade de um projeto que discutisse a prática profissional no âmbito da política de Assistência Social, de maneira que superasse as capacitações existentes na área que servem para operacionalizar os programas e projetos sociais, mas que, no entanto, não problematizavam o exercício profissional do Serviço Social.

Compreendendo a importância da formação permanente para qualificação profissional diante da complexidade que envolve a dinâmica da vida social e as implicações que a ideologia neoliberal impõe na efetivação da Política de Assistência pela via do direito, a supervisão profissional foi destacada como atribuição e instrumento profissional extremamente subutilizado pela categoria, demonstrando uma carência deste tipo de espaço. A maioria afirmou a dificuldade de construir uma unidade na categoria e que praticamente inexistente um espaço de formação, onde possam discutir as demandas e trocar experiências.

As participantes salientaram também a necessidade da reafirmação da identidade profissional e da superação da lógica do clientelismo, da moralização e da benemerência social que ainda persiste no interior da operacionalização da Política de Assistência Social.

Durante as Oficinas, o grupo problematizou a Política de Assistência Social na intenção de refletir sobre até que ponto a política possui um viés seletivo e excludente, se ela realmente abrange a todos que dela necessitam e até que ponto ela é capaz de promover a emancipação.

Nas discussões, surgiram apontamentos sobre as dificuldades da política não provir de recursos garantidos, sobre como fazer o usuário compreendê-la na perspectiva de ampliação de direitos e de se perceberem enquanto sujeitos da sociedade.

A defesa da Assistência Social como política de direito também se faz pela

---

<sup>3</sup> Importante esclarecer que as falas das assistentes sociais virão no conjunto da avaliação, sem destaque literal, tendo em vista o caráter do artigo, a limitação de páginas, entre outros. No entanto, esclarece-se que todas autorizaram o uso para fins acadêmicos dos depoimentos que foram gravados e transcritos em todas as sessões.

possibilidade de emancipação dos sujeitos. Sob este aspecto, foi fundamental a reflexão conjunta sobre o lugar do/da Assistente Social no processo emancipatório, que é coletivo, político e sofre os rebatimentos desta sociedade que nos propicia um nível de conhecimento relativo. É importante considerar que uma política emancipatória implica na oferta de informações e de direitos que possibilitem opções para que os sujeitos realizem suas ações. Para tanto, faz-se necessária a socialização e democratização dos usuários acerca dos diversos serviços por ela ofertados, que vão muito além da concessão de benefícios.

Também foram suscitadas discussões a respeito dos desafios presentes no processo de trabalho das participantes, que se deram em torno da precarização dos equipamentos tanto em termos de infraestrutura quanto em termos de serviços prestados. Foram expostos alguns exemplos sobre as dificuldades de interlocução com a rede, de culpabilização dos usuários e de violação de direitos por parte do Estado. Neste sentido debateu-se a importância de que as profissionais tenham como horizonte de suas ações o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Outro ponto levantado sobre o processo de trabalho no âmbito da Política de Assistência Social foi o instrumental utilizado pelas profissionais. O acúmulo sobre a Instrumentalidade do Serviço Social, principalmente em relação à análise socioeconômica, que faz uma correlação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa adotadas pela profissão. A este respeito, as discussões realizadas apreenderam a análise socioeconômica enquanto instrumento, atribuição e competência de grande importância do Serviço Social, a partir de reflexões sobre qual a metodologia que a categoria têm adotado para sua efetivação e se isso têm sido feito na perspectiva da análise crítica a partir de uma visão que englobe totalidade, as contradições e transformações da sociedade, entendendo a realidade de forma qualificada por meio do conjunto de mediações realizadas.

O exercício profissional exige um profundo conhecimento da política em que atua a instituição e do local de trabalho, de seus limites e possibilidades de trabalho e uma atuação que vise o desenvolvimento humano e que se distancie de práticas fiscalizadoras e pragmáticas.

As participantes apontaram que na prática profissional presenciam cotidianamente a deficiência em relação ao instrumental utilizado. Destacaram as dificuldades no que se refere a acúmulos teóricos, devido ao afastamento da academia e as próprias condições de trabalho que dificulta até mesmo o reconhecimento como profissional que possui uma intervenção especializada. Expuseram a importância de participar deste Projeto, os avanços

peçoais e profissionais que tiveram e explicitaram a necessidade de continuidade das Oficinas, entendidas como um momento de "oxigenação"<sup>4</sup> do fazer profissional.

As Oficinas revelaram que o exercício profissional dentro do SUAS é permeado por contradições e desafios que tangem à política de Assistência Social e sua conjuntura, à gestão institucional, aos usuários e suas demandas, ao instrumental e à perspectiva teórico metodológica.

Diante da participação efetiva tanto no planejamento, quanto na construção e efetivação das Oficinas surgiram indagações que concernem aos desafios que perpassam o exercício profissional, principalmente no que diz respeito à necessidade de problematizá-los a fim de superá-los a partir de instrumentos e ações permanentes que qualifiquem a atuação do Serviço Social. Entendeu-se que a intervenção do/da Assistente Social interfere nas relações sociais cotidianas do atendimento às mais variadas expressões da questão social, e que toda ação deve ser subsidiada por um conjunto de competências e conhecimentos; é importante compreender quais desafios se colocam neste processo a fim de superá-los e de qualificar a atuação dentro do horizonte do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência de estágio dentro do Projeto "Supervisão Profissional aos Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social - SC" tem possibilitado um acúmulo teórico e a troca de conhecimentos não só a respeito da atuação profissional, mas também sobre a formação em Serviço Social.

O primeiro módulo<sup>5</sup> das Oficinas de Supervisão realizadas pelo Projeto foi conduzido para o debate em torno dos desafios postos ao exercício profissional que se apresentam não só relativos à Política de Assistência Social e as demandas atendidas, mas também em relação à própria qualificação profissional das participantes.

A participação nas oficinas contribuiu para ampliar nossa apreensão sobre como se dá a relação entre teoria e prática e o quão fundamental é o processo de educação permanente sob todos os âmbitos na atuação profissional. Possibilitou a discussão sobre temas que nem sempre são contemplados em sala de aula, além de propiciar a troca de experiências com as profissionais atuantes para conhecer as suas dificuldades, angústias e as estratégias que buscam consolidar a atuação profissional em consonância com a direção

---

<sup>4</sup> Termo utilizado pelas participantes do Projeto.

<sup>5</sup> A continuidade do projeto será com grupos de no máximo 8 participantes constituídos por equivalência quanto a inserção nos serviços na Política de Assistência Social. Destaca-se a presença relevante no âmbito da gestão que determinou a formação de um grupo específico.

ético-política defendida.

Inserida no campo do direito, a Assistência Social deve ser entendida como uma política permanente e suas ações não devem ser pensadas de modo paliativo, mas como possibilidade de reconhecimento das demandas dos usuários numa perspectiva de ampliação de acessos a direitos, pautados pela constante incitação à emancipação e autonomia. Entretanto, enquanto uma política construída no contexto de a um Estado neoliberal, a Assistência Social apresenta contradições históricas que se dão desde sua conceituação, onde por muito tempo foi entendida de forma pejorativa como "ajuda" aos pobres e não enquanto um direito, até seu viés policialesco e excludente em determinadas situações com programas e ações que muitas vezes acabam por promover a manutenção da condição socioeconômica do usuário em vez de prover proteção social de fato.

Vivenciamos os impactos do avanço do neoliberalismo dentro das políticas econômicas e sociais em um cenário de retrocessos e retaliações de direitos e de investimentos públicos no âmbito da seguridade social. Neste sentido, as Oficinas trouxeram uma reflexão sobre a direção social defendida pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social que se posiciona em defesa dos interesses da classe trabalhadora e de princípios como justiça, equidade social, cidadania e democracia.

As Oficinas de Supervisão Profissional se constituíram como importante instrumento de educação permanente para reflexão da prática, criação de estratégias e sistematização de dificuldades a fim de fortalecer os princípios do direcionamento político dentro da atuação das Assistentes Sociais participantes.

Somos seres distintos, com infinitas particularidades e vivemos em uma sociedade sob o comando dos interesses privados submetidos a um Estado que não respeita tais diferenças. Estamos condicionados a um cenário de perspectivas individualistas que incidem negativamente sob as manifestações coletivas, agravados pela conjuntura atual de Grandes retrocessos combinados a uma grande alienação propiciada pelos canais difusores de informação. O fomento ao pensamento crítico, questionador torna-se urgente para refletirmos sobre qual a sociedade que almejamos e sobre como podemos garantir e ampliar direitos e acessos dentro das contradições presentes nesta conjuntura.

Assim, a experiência relatada foi fundamental para pensar o exercício profissional e seus desafios e refletir sobre a importância da qualificação teórico-metodológica e técnico-operativa da intervenção profissional comprometida com os preceitos do Projeto Ético-Político ao qual se baseia o Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

GUERRA, Yollanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão e Serviço Social. in: **Serviço Social:**

**Direitos Sociais e Competências Profissionais.** CFESS, 2009. Disponível em:  
<http://cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf>

MIOTO, Regina Célia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional.** Revista Katálysis, vol. 16. Florianópolis - SC, 2013.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila; SANTOS, Maria Teresa. **Supervisão Profissional ao trabalho dos Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social – SC.** UFSC, Florianópolis, 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos:** críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Ed. Thesaurus. Brasília, 1996.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS.** 3º Seminário Anual de Serviço Social: O Serviço Social frente aos desafios do século XXI. Editora Cortez. São Paulo, 2010, Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10>